

DIÁRIO **OFICIAL**



Prefeitura Municipal
de
Angical



ÍNDICE DO DIÁRIO

OUTROS

IMPUGNAÇÃO DE EDITAL	
JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL.....	

RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 01/2026 CMS	
RESOLUÇÃO Nº 02/2026 - CMS	
RESOLUÇÃO Nº 03/2026 - CMS	
RESOLUÇÃO Nº 04/2026 - CMS	
RESOLUÇÃO Nº 05/2026 - CMS	

HOMOLOGAÇÃO

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.....	
--------------------------------	--

PORTARIA

PORTARIA Nº 1.863/2026 DE 17 DE MARÇO DE 2026	
---	--



IMPUGNAÇÃO DE EDITAL



PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

AO ILUSTRÍSSIMO SR. PREGOEIRO

MUNICÍPIO DE ANGICAL – BA

BELA VISTA TEXTIL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 30.824.284/0001-00, com sede na Rua Madre Teresa de Calcutá, nº 91, Bairro São João Batista em Belo Horizonte/MG, CEP: 31520-085, vem respeitosamente, apresentar **IMPUGNAÇÃO** ao Edital de Pregão Eletrônico 004/2026 pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

I - DA TEMPESTIVIDADE

Conforme previsão expressa na lei 14.133 “Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.”

Dessa forma, considerando a data de abertura da sessão pública e a data do protocolo, resta-se comprovadamente tempestiva a IMPUGNAÇÃO.

II – DAS RAZOES DA IMPUGNAÇÃO

Ressalta-se inicialmente que o objetivo principal da presente impugnação é evidenciar as irregularidades contidas no instrumento convocatório que estabeleceu, erroneamente, critérios restritivos.

Há exigências de Laudos não necessários para todos os itens que vamos comprovar adiante.

III– DA EXIGÊNCIA DE LAUDOS

Ressalta-se que a IMPUGNANTE é uma renomada empresa que tem dentre as suas principais atividades a fabricação do objeto do certame, tendo já fornecido milhares de mochilas escolares e bolsas, semelhantes ao objeto licitado, a diversos entes da administração pública municipal, estadual e federal, o que pode ser comprovado por meio de atestados de capacidade técnica.



(31) 98109-2105
belavistatextil@gmail.com

Rua Madre Teresa de Calcutá, 91
São João Batista | Belo Horizonte | MG
Cep 31.520-085



Ocorre que após análise do edital, verificou-se que a exigência de apresentação de laudos restringe a competitividade, conforme se demonstrará adiante:

MOCHILA EM COURO SINTETICO

25 litros medindo (A-L-P) 40cm – 30cm – 20cm; resistente à água com quatro compartimentos inteiramente forrados e com acabamento nas costuras, sendo o principal com bolso para notebook 15,6 e tablet 10. Detalhe abaixo do bolso frontal em verde bandeira, pvc 100% poliéster baseado em análise qualitativa e quantitativa, seguindo normas da ABNT NBR 13538:1995 e ABNT NBR 11914:1992. Gramatura do tecido de 442,40 g/m², em condições ambientais de temperatura de 20,8° C e umidade de 65,3% seguindo normas da ABNT NBR 10591:2008. O tecido deverá ter densidade na trama e 14,24 fios/cm e urdume de 21,20 fios/cm em condições ambientais de 20,9° C e umidade de 65,2% (apresentar **laudo** acreditado no INMETRO juntamente com a proposta de preço). Com divisórias

Ocorre que tal exigência acarreta verdadeira restrição ao caráter obrigatório de concorrência do certame, tendo em vista o alto custo para elaboração do referido laudo, o que consequentemente restringe a competição, principalmente das empresas de pequeno porte.

Ressalta-se que não existe no edital nenhuma justificativa ou indicação de norma legal que ampare a exigência do referido laudo, ao que parece, a solicitação se deu por ato meramente discricionário, o que por consequência torna ilegal tal exigência de caráter restritivo de competição.

Sobre o tema Marçal Justen Filho assevera que:



(31) 98109-2105
belavistatextil@gmail.com

Rua Madre Teresa de Calcutá, 91
São João Batista | Belo Horizonte | MG
Cep 31.520-085



“o exercício de determinadas atividades ou o fornecimento de certos bens se encontram disciplinados em legislação específica. Assim, há regras acerca da fabricação e comercialização de alimentos, bebidas, remédios, explosivos etc. Essas regras tanto podem constar de Lei como estar explicitadas em regulamentos executivos. Quando o objeto do contrato envolver bens ou atividades disciplinadas por legislação específica, o instrumento convocatório deverá reportar-se expressamente às regras correspondentes.” (JUSTEN FILHO, M. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 11 ed. São Paulo: Dialética, 2005. p. 530.)

Ocorre que não existem normas legais específicas que qualifique o objeto da licitação de forma a determinar as condições técnicas de fabricação, dessa forma, é ilegal e injustificada a exigência de laudo por laboratório acreditado pelo INMETRO para o produto que será entregue.

Caso tal exigência não seja suprimida do Edital poderá ocorrer o pedido de anulação do mesmo na esfera judicial, o que será um grande prejuízo ao erário.

Conforme previsto no edital, os licitantes deverão apresentar laudos técnicos que comprovem a conformidade dos materiais. Embora reconheçamos a importância de garantir a qualidade dos materiais fornecidos à Administração Pública, esta exigência **carece de justificativas técnicas claras**.

Inicialmente, questiona-se se a Prefeitura possui, em seu quadro de pessoal, profissionais devidamente capacitados para interpretar, validar e aferir a conformidade desses laudos aplicáveis no edital. Afinal, o laudo técnico, por mais detalhado que seja, não substitui a necessidade de uma avaliação criteriosa por parte de um profissional especializado, capaz de garantir que o material fornecido esteja em perfeita consonância com as especificações técnicas do edital. Em outras palavras:

- Qual é a garantia de que os laudos apresentados realmente atestam que o material entregue corresponde integralmente ao descrito no termo de referência?
- Como a Administração poderá comprovar que está recebendo um material de fato adequado, além do laudo exigido?

Esse cenário cria um obstáculo negativo, favorecendo empresas que já possuem o material e os laudos prontos, o que pode configurar o direcionamento do editorial e prejudicar a competitividade do certame.





Essas exigências são tipicamente empregadas em contratações industriais, hospitalares ou de fornecimento militar, contextos em que há risco elevado à saúde, à segurança ou à funcionalidade técnica. Contudo, no presente caso, trata-se de bolsas e mochilas escolares comuns, destinadas ao uso de estudantes da rede pública, o que exige um padrão de qualidade compatível com a finalidade educacional, e não um rigor técnico incompatível com a natureza do objeto.

Quanto a Portaria Inmetro nº 481/2010, juntamente com suas alterações e complementações, estabelece os seguintes artigos escolares sujeitos à certificação compulsória:

Classe de Produtos	Definição
Apontador	Objeto usado para apontar lápis de até 10 mm de diâmetro, sendo fabricado em qualquer formato, em qualquer material, de uso manual, exceto apontadores motorizados, apontadores de manivela (de fixar em mesas), apontadores somente de minas, apontadores para cosméticos (ex.: apontadores para lápis de olho, batom ou sombra) ou aqueles apontadores claramente definidos na embalagem do produto como de uso artístico ou profissional.
Borracha	Objeto usado para apagar a escrita ou o desenho, sendo branca ou colorida, em qualquer formato, exceto as borrachas de refil para caneta-borracha ou aquelas claramente definidas na embalagem do produto como de uso artístico ou profissional (ex.: borrachas de amassar, usadas para pastéis artísticos, carvões e grafites macios).
Ponteira de borracha	Borracha fixada na extremidade superior de lápis ou lapiseiras escolares, através de peça metálica ou de outro material, exceto as ponteiros de borracha de lapiseiras ou lápis claramente definidos na embalagem do produto como de uso artístico ou profissional.
Caneta esferográfica, roller e gel	Qualquer objeto ou material formador de traço para escrita, cujo mecanismo de liberação da tinta utiliza uma esfera metálica ou em outro material, com reservatório e corpo manufaturado em polímero (resina plástica), exceto as canetas claramente definidas na embalagem do produto como de uso artístico ou profissional.
Caneta hidrográfica (hidrocor)	Instrumento, objeto ou material formador de traço para escrita ou desenho, cujo sistema de liberação da tinta utiliza uma ponta fibrosa, sendo manufaturado em resina plástica, exceto as canetas hidrográficas claramente definidas na embalagem do produto como de uso artístico ou profissional (ex.: canetas hidrográficas aquareláveis de alta pigmentação, utilizadas em trabalhos de esboço, maquetes, aprendizado técnico do desenho e estudos da cor).
Cola (líquida ou sólida)	Preparado glutinoso para fazer aderir papel ou outras substâncias, embalado em frascos com auto aplicador (quando líquida) ou em tubos auto aplicadores



(31) 98109-2105
belavistatextil@gmail.com

Rua Madre Teresa de Calcutá, 91
São João Batista | Belo Horizonte | MG
Cep 31.520-085



BELA VISTA

TÊX T I L

	com tampa e extrator (quando sólida), com destinação de uso escolar, exceto as colas destinadas a pequenos reparos, do tipo cola tudo, cola de madeira, e outras dessa categoria, ou aquelas claramente definidas na embalagem do produto como de uso artístico ou profissional.
Compasso	Instrumento composto de duas hastes articuladas, que serve para traçar circunferências, arcos de círculo e tomar medidas, exceto os compassos com capacidade para desenhar círculos de mais de 320 mm de diâmetro.
Corretor (adesivo ou tinta)	Tinta ou fita, geralmente de cor branca, apresentada em tubo ou caneta (corretor em tinta) ou em dispenser auto aplicador (corretor adesivo), aplicada em cima de algo que se escreveu e se pretende emendar, podendo escrever-se sobre ela.
Curva francesa	Instrumento auxiliar para traçar curvas diversas, manufaturado em resinas plásticas (polímero), de formatos diversos, exceto os fabricados em madeira, aço, alumínio ou outros materiais diferentes da resina plástica ou ainda aquelas claramente definidas na embalagem do produto como de uso artístico ou profissional (ex.: curvas francesas que apresentam letras e/ou símbolos de engenharia, usados em processo de normografia auxiliar).
Estojo	Pequena caixa ou bolsa de plástico ou outros materiais, especificamente destinada a armazenar artigos escolares, especialmente material de escrita (ex.: lápis, borracha, apontador, caneta) e podendo ter divisões apropriadas aos objetos a que se destina acondicionar, (contendo motivos ou personagens infantis ou desportivos).
Esquadro	Instrumento com o qual se traçam ângulos retos e se tiram perpendiculares, manufaturado em resinas plásticas (polímero), geralmente em forma de triângulo retângulo, nos formatos padrão de 45° e 60°, com escalas em centímetros (podendo apresentar escala adicional em outra unidade de medida), com hipotenusa de até 40 cm, exceto os fabricados em madeira, aço, alumínio ou outros materiais diferentes das resinas plásticas, ou aqueles claramente definidos na embalagem do produto como de uso artístico ou profissional (ex.: esquadro com informações, unidades e escalas destinadas a atividades de engenharia, design ou artísticas, como artesanato e patchwork)
Giz de cera	Objeto formador de traço para escrita ou desenho, com o corpo manufaturado em cera, exceto giz para quadro negro, giz de cera aquarelável (solúvel em água) ou aqueles claramente definidos pelo fabricante na embalagem do produto como de uso artístico ou profissional
Lápis de cor	Objeto que envolve uma haste fina de material colorido (mina), e que serve para escrever ou desenhar, sendo lápis inteiro ou meio lápis, exceto aqueles claramente definidos na embalagem do produto como de uso artístico ou profissional (ex.: lápis pastel colorido, lápis carvão, lápis negro, lápis sanguina, lápis sépia clara e escura, lápis crayon branco, lápis de minas de cores metálicas, lápis de minas multicoloridas, lápis grafite colorido aquarelável tipo Graphitint, lápis cosmético, lápis de carpinteiro, lápis dermatográfico).



(31) 98109-2105
belavistatextil@gmail.com

Rua Madre Teresa de Calcutá, 91
São João Batista | Belo Horizonte | MG
Cep 31.520-085



BELA VISTA
TÊXTEL

Lápis preto ou grafite	Objeto que envolve uma haste fina de grafite (mina) que serve para escrever ou desenhar, sendo lápis inteiro ou meio lápis, exceto aqueles claramente definidos na embalagem do produto como de uso artístico ou profissional (ex.: lápis grafite graduados desde 10H até 9B para usos técnicos, lápis grafite aquareláveis, lápis de carpinteiro ou marceneiro).
Lapiseira	Objeto de forma tubular, cilíndrico ou prismático, ao qual se adapta uma mina de grafite ou de cor, com reservatório e corpo manufaturado em polímero (resina plástica) usado para escrever ou desenhar, exceto lapiseiras para grafites de diâmetro superior a 1,6 mm ou aquelas claramente definidas na embalagem do produto como de uso artístico ou profissional.
Marcador de texto	Espécie de caneta de ponta fibrosa, em cores transparentes, exceto aquelas claramente definidas na embalagem do produto como de uso artístico ou profissional (ex.: marcadores técnicos de ponta única ou pontas duplas diferentes, com escalas de cores, destinados a designers, agências de propaganda, estudos da cor, etc.).
Massa de Modelar	Espécie de massa manufaturada com matéria prima baseada em amido, facilmente moldável, que serve para modelar formas, exceto aquelas associadas a brinquedos ou claramente definidas pelo fabricante na embalagem do produto como de uso artístico ou profissional.
Massa plástica	Massa manufaturada com matéria prima baseada em parafina ou outro plástico, que serve para modelar formas, exceto argilas de modelar e cerâmicas plásticas coloridas, ou aquelas associadas a brinquedos ou claramente definidas pelo fabricante na embalagem do produto como de uso artístico ou profissional.
Merendeira ou Lancheira	Maleta de mão, associada ou não a acessórios para lanche (ex.: porta sanduíche, garrafa térmica, dentre outros, desde que vendidos junto à merendeira), que apresenta alça para transportar lanches, sendo com motivos infantis e/ou personagens infantis / temas desportivos.
Normógrafo	Instrumento auxiliar para desenho de caracteres e/ou formas geométricas como círculos e polígonos, manufaturado em resinas plásticas, sendo estreito, chato e de forma retangular, sobre o qual estão vazados ou recortados um conjunto de caracteres e figuras (alfabeto, números, pontuações e/ou figuras geométricas simples), que servem de molde para a elaboração de legendas, exceto aqueles manufaturados em aço, madeira, metal ou outros materiais diferentes das resinas plásticas, aqueles de caracteres individuais (um único caractere por chapa) normalmente manufaturados em chapa de aço para marcações industriais de grandes dimensões ou aqueles claramente definidos pelo fabricante na embalagem do produto como de uso artístico ou profissional (ex.: normógrafos de caracteres específicos pertinentes a setores da engenharia, arquitetura e outras).
Pasta com aba elástica	Geralmente retangular, fabricada em plástico ou papel cartão, com elásticos usados para fechar ou abrir a pasta, onde se guardam artigos escolares, exceto aquelas claramente definidas na embalagem e/ou no próprio produto



(31) 98109-2105
belavistatextil@gmail.com

Rua Madre Teresa de Calcutá, 91
São João Batista | Belo Horizonte | MG
Cep 31.520-085



BELA VISTA
TÊXTEL

	como de uso exclusivamente profissional, desde que suas características assim o comprovem.
Régua	Instrumento com o qual se traçam linhas retas e se efetuam medições, manufaturado em resina plástica, sendo estreito, chato e de forma retangular, em comprimento máximo de 40 cm, com escala em centímetros (podendo apresentar escala adicional em outra unidade de medida), exceto os fabricados em aço, alumínio, madeira ou outros materiais diferentes das resinas plásticas.
Tesoura de ponta redonda	Instrumento cortante, formado de duas lâminas que se movem em torno de um eixo comum, sendo tesouras infantis (pequenas), de ponta redonda com ou sem aplicação de plásticos em sua estrutura, exceto aquelas claramente definidas pelo fabricante na embalagem do produto como de uso artístico ou profissional (ex.: tesouras com fios que produzem cortes decorativos usadas para patchwork e outras técnicas de artesanatos).
Transferidor	Instrumento para marcar e medir ângulos, de formato circular ou semicircular, manufaturado em resinas plásticas, com escala de até 360° (no circular) ou 180° (no semicircular) de diâmetros até 20 cm, exceto aqueles fabricados em madeira, aço, alumínio ou outros materiais diferentes das resinas plásticas.
Tinta (guache, nanquim, plástica, aquarela, pintura a dedo)	Substância líquida ou pastosa, colorida, usada para escrever ou desenhar, exceto aquelas claramente definidas pelo fabricante na embalagem do produto como de uso artístico ou profissional.

Conforme estabelece a Lei nº 14.133/2021, que rege as licitações e contratos administrativos, é fundamental que as decisões no âmbito de um processo licitatório sejam baseadas em critérios técnicos claros e objetivos, garantindo a igualdade de condições entre todos os licitantes e o cumprimento da boa-fé objetiva. O que tem acontecido na maioria das licitações (não estamos dizendo que é esse o caso) mas que tem acontecido com frequência é um direcionamento dos pregões, para as poucas empresas que fazem o descritivo de um material específico para que possam ser a única a fornecer, sendo as únicas a obterem os laudos. Quando outras prefeituras vão criar editais, acabam mantendo vícios que prejudicam e restringem a participação de outros licitantes, bem como a economicidade do pregão. Vejam que MOCHILAS, bolsas e alguns tipos de estojos não são obrigatórios que tenham laudos ou certificação do INMETRO, **pois não se tratam de materiais que podem ser tóxicos ou prejudiciais, como é o caso de cola, tesoura, tinta e outros.**

Percebam como a solicitação excessiva de laudos e vícios nos editais está afetando negativamente a competitividade do processo, além de restringir a participação das empresas que cumprem com todos os



(31) 98109-2105
belavistatextil@gmail.com

Rua Madre Teresa de Calcutá, 91
São João Batista | Belo Horizonte | MG
Cep 31.520-085



requisitos do edital, com um material de qualidade até mesmo superior ao solicitado e que atende ao interesse da administração pública.

A questão é que temos visto alguns pregões sendo revogados ou anulados, justamente por vícios em editais com solicitação exagerada de laudos, onde sequer as pessoas das secretarias tem como testar as mochilas e os laudos.

Um exemplo é o pregão de Santa Fé do Sul, 031/2023:

CONSIDERANDO a manifestação da Senhora Pregoeira, que se pronunciou pela ANULAÇÃO do certame;

CONSIDERANDO que a ANULAÇÃO do certame licitatório na atual fase contribuirá para a celeridade do processo de contratação e não trará prejuízos aos eventuais licitantes interessados, uma vez que o saneamento irá ensejar na ampliação da disputa visando a busca da proposta mais vantajosa;

Av. Conselheiro Antonio Prado, 1616 - Centro
Santa Fé do Sul - SP | CEP 15775-000

Fone: (17) 3631-9500
Fone: 0800 771 9500

www.santafedosul.sp.gov.br
facebook.com/pref.santafedosul

Vejam que no ato de anulação do certame a pregoeira disse o motivo.

Ou seja, devido as constantes desclassificações, foi necessário anular a licitação, porque foi uma perda de tempo do órgão público, devo a um edital específico demais, sem motivos.

Ainda, o fato se tornar moroso o prazo para avaliação dos laudos que precisam ser detalhados, recorrentes desclassificações acabam por tornar o tempo da licitação moroso, outro pregão que foi cancelado é o de Glória, devido à demora para homologação, conforme abaixo:



(31) 98109-2105
belavistatextil@gmail.com

Rua Madre Teresa de Calcutá, 91
São João Batista | Belo Horizonte | MG
Cep 31.520-085



BELA VISTA
TÊXTIL

PREGÃO ELETRÔNICO - EDITAL Nº 003/2024

CANCELADO

Despacho/Decisão Processo administrativo nº: 237/2024 Pregão Eletrônico SRP nº: 03/2024 Considerando a necessidade de adequação das contratações publicas ao novo perfil de governo; Considerando que o presente certame ainda se encontra pendente de adjudicação e homologação; Por essas razões, determino: a) O cancelamento do presente certame em razão da necessidade de alteração do termo de referência; b) Que seja anexada a presente decisão aos autos do procedimento administrativo em epígrafe; c) Que sejam intimados os licitantes para, no prazo legal, apresentar contraditório e após o decurso do prazo, havendo manifestação dos licitantes, encaminhe-se para procuradoria para parecer. Publique-se Glória, 28 de fevereiro de 2025. ENA VILMA PEREIRA DE SOUZA NEGROMONTE Prefeita Municipal

Outra licitação que acabou com o grupo revogado foi a de Valinhos, nº 116/2024, conforme abaixo:

Minha proposta	Todas as propostas	Histórico de recursos
30.824.284/0001-00 ME/EPF Desclassificada	BELA VISTA TEXTIL LTDA MG	Valor ofertado (total) R\$ 544.815.0000 Valor negociado (total) -
14.103.697/0001-30 ME/EPF Desclassificada	TF LIMA PLAY 2 SPORTS LTDA GO	Valor ofertado (total) R\$ 545.880.0000 Valor negociado (total) -
48.501.228/0001-91 ME/EPF Desclassificada	I S. LICITACOES LTDA MG	Valor ofertado (total) R\$ 602.310.0000 Valor negociado (total) -
19.106.828/0001-57 ME/EPF Desclassificada	BABINGKI BOLSAS LTDA SC	Valor ofertado (total) R\$ 607.155.0000 Valor negociado (total) -
40.251.299/0001-71 ME/EPF Desclassificada	R2M2 - SERVICOS, COMERCIO E IMPOR. SC	Valor ofertado (total) R\$ 610.000.0000 Valor negociado (total) -
00.678.678/0001-33 Desclassificada	D'BRASIL DISTRIBUIDORA E INDUSTRIA.. MS	Valor ofertado (total) R\$ 940.915.0000 Valor negociado (total) -
03.230.915/0001-81 Desclassificada	GG5 INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICO.. BA	Valor ofertado (total) R\$ 995.000.0000 Valor negociado (total) -
13.382.079/0001-04 ME/EPF Desclassificada	MRP INDUSTRIA E COMERCIO LTDA SP	Valor ofertado (total) R\$ 1.007.500.0000 Valor negociado (total) -
11.548.931/0001-45 Desclassificada	TRUNFO COMERCIO E IMPORTACAO LT.. SC	Valor ofertado (total) R\$ 1.015.500.0000 Valor negociado (total) -
08.113.055/0001-10 Desclassificada	MAFRO INDUSTRIA DE CONFECCOES LT.. PR	Valor ofertado (total) R\$ 1.020.000.0000 Valor negociado (total) -
10.275.215/0001-13 Desclassificada	NADIA CORREIA DE ALMEIDA BA	Valor ofertado (total) R\$ 1.028.500.0000 Valor negociado (total) -



(31) 98109-2105
belavistatextil@gmail.com

Rua Madre Teresa de Calcutá, 91
São João Batista | Belo Horizonte | MG
Cep 31.520-085



**PREFEITURA DE
VALINHOS**

TERMO DE REVOGAÇÃO

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13.480/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 116/2024**

OBJETO: Registro de preço para eventual e futura aquisição de uniformes escolares, para a Rede Municipal de Educação.

A Autoridade Superior, nos termos do artigo 71, inciso II da Lei nº 14.133/2021, **DECIDE POR REVOGAR o LOTE -3 - MOCHILA ESCOLAR** em epígrafe, conforme despacho nº 139 exarado pela Secretaria da Educação, constantes nos autos do processo em epígrafe.

Valinhos, 09 de abril de 2025.

FRANKLIN DUARTE DE LIMA

Prefeito Municipal



(31) 98109-2105
belavistatextil@gmail.com

Rua Madre Teresa de Calcutá, 91
São João Batista | Belo Horizonte | MG
Cep 31.520-085



TERMO DE REVOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13.480/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 116/2024

OBJETO: Registro de preço para eventual e futura aquisição de uniformes escolares, para a Rede Municipal de Educação.

A Autoridade Superior, nos termos do artigo 71, inciso II da Lei nº 14.133/2021, **DECIDE POR REVOGAR** o LOTE -3 - MOCHILA ESCOLAR em epígrafe, conforme despacho nº 139 exarado pela Secretaria da Educação, constantes nos autos do processo em epígrafe.

Valinhos, 09 de abril de 2025.

FRANKLIN DUARTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Vejam, esses são apenas alguns exemplos de pregões, que devido à grande quantidade de solicitações exageradas, tiveram que desclassificar vários licitantes e revogar o item, se isso não demonstra que restringe a competição, o que demonstraria então? Se claramente estamos mostrando que vários licitantes experientes no mercado foram desclassificados, o que atrasa a licitação e acaba gerando revogação do item. O que não teve nessas licitações foi celeridade, como podem perceber e para itens que não são tóxicos, não são para área da saúde e não tem necessidade de solicitações exageradas.

Alguns pregoeiros, já tem entendido que se trata de solicitação exagerada como é o caso das licitações abaixo, citamos juntamente com o referido nome e número do pregão, caso queiram realizar a conferência:

Na Licitação de Mirador, **pregão 004/2025**, a resposta que tivemos da impugnação foi a seguinte:



(31) 98109-2105
belavistatextil@gmail.com

Rua Madre Teresa de Calcutá, 91
São João Batista | Belo Horizonte | MG
Cep 31.520-085



BELA VISTA
TÊX TIL

II – DOS QUESTIONAMENTOS:

1. Ocorre que após análise do edital, verificou-se que a exigência de apresentação de laudo, realizado no produto que será entregue, elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, restringem a competitividade, conforme se demonstrará adiante.

AVENIDA: GUAIRÁ Nº. 153, CAIXA POSTAL Nº 01 – CEP: 87.840-000 – MIRADOR, PARANÁ
FONE (44) 3434 - 8000 – CNPJ – 75.475.442/0001-93
Site: www.mirador.pr.gov.br e-mail: administracao@mirador.pr.gov.br



MIRADOR
PREFEITURA MUNICIPAL

III- **DECISÃO**

1. Ante o exposto, CONHEÇO da impugnação interposto pela empresa BELA VISTA TEXTIL LTDA, para, no mérito, PROCEDENTE, revendo a Decisão da pregoeira, pelo acolhimento do recurso da recorrente e pela manutenção do edital que será retificado e republicado com nova data de abertura e já disponibilizado em nosso portal de transparência.

Mirador, 20 de janeiro de 2025.

Sobre o **pregão 003/2025** de Antônio Olinto, temos o retorno favorável:

III – **CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opino favoravelmente ao deferimento parcial da impugnação apresentada por Bela Vista Textil Ltda., recomendando:

- a) **Supressão da exigência de apresentação de laudos técnicos por laboratórios acreditados pelo INMETRO, salvo se a Administração apresentar justificativa técnica**



(31) 98109-2105
belavistatextil@gmail.com

Rua Madre Teresa de Calcutá, 91
São João Batista | Belo Horizonte | MG
Cep 31.520-085



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GURINHÉM
SETOR DE LICITAÇÃO

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GURINHÉM

ERRATA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0006/2025

O Pregoeiro Oficial comunica que no instrumento convocatório no seu anexo I do item 13.0 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0006/2025 onde se lê: "laudos elaborados ou qualquer exigência de certificação do INMETRO; leia-se: **“desconsiderar exigência”**. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, Rua Gov. Flavio Ribeiro, 19 - Centro - Gurinhém - PB, no horário das 08:00 às 13:00 horas dos dias úteis. E-mail: licitacaogurinhem@gmail.com.

Gurinhém - PB, 26 de fevereiro de 2024
MILANEZ SOARES DA SILVA - Pregoeiro Oficial

Referente ao **pregão 017/2025** de Itabaiana-se, temos:



(31) 98109-2105
belavistatextil@gmail.com

Rua Madre Teresa de Calcutá, 91
São João Batista | Belo Horizonte | MG
Cep 31.520-085



MEMORANDO Nº 00010/2025

À
Comissão Permanente de Licitação – CPL
Assunto: **Manifestação quanto à Impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 017/2025**

A Secretaria Municipal de Educação de Itabaiana/PB, no uso de suas atribuições legais, vem, por meio deste, **manifestar-se favoravelmente ao DEFERIMENTO da impugnação** apresentada pela empresa **Bela Vista Têxtil Ltda**, referente ao **Edital do Pregão Eletrônico nº 017/2025**, cujo objeto consiste na aquisição de materiais escolares para a rede pública de ensino municipal.

Após análise técnica e administrativa dos fundamentos apresentados na impugnação, especialmente no que tange à **exigência de laudos técnicos emitidos por laboratórios acreditados pelo INMETRO**, reconhece-se a necessidade de **ajustes nas especificações do Termo de Referência**, com o intuito de evitar restrições à **ampla competitividade e assegurar a legalidade e economicidade do certame**, conforme previsto na **Lei nº 14.133/2021**.

Considerando que a **exigência de laudos técnicos para alguns itens pode configurar critério restritivo**, **decide-se pelo acolhimento da solicitação**, com as devidas correções nos documentos técnicos do edital.

Dessa forma, solicitamos a esta Comissão Permanente de Licitação que adote as providências necessárias para a **suspensão do certame**, e remoção das exigências ora citadas dos itens pertinentes ao Fardamento Escolar.

Sem mais para o momento, renovamos nossos votos de elevada consideração.

Atenciosamente,


Joelma Lins da Fonseca

Outra licitação foi a do **pregão 002/2025 de Aramari** conforme retorno abaixo:



(31) 98109-2105
belavistatextil@gmail.com

Rua Madre Teresa de Calcutá, 91
São João Batista | Belo Horizonte | MG
Cep 31.520-085



3. DA CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto acolhe-se a impugnação apresentada, para, no mérito acatar totalmente, retificando-se a redação original do edital de licitação no tocante à exclusão da exigência de laudo técnico, considerada excessiva para o objeto de mochila escolar. Ainda, considerando a motivação acima transcrita e diante da falha material acima apresentada, retifica o prazo de entrega do objeto que deverá ser realizado em 20 (vinte) dias úteis e não mais em 48 (quarenta e oito) horas como redigido erroneamente no Termo de Referência.

Considerando que a modificação acima exposta pode interferir na formulação das propostas e comprometer o caráter competitivo do certame, será reaberto o prazo inicialmente estabelecido com o aviso de remarcação devendo ser publicado posteriormente, em todos os meios legais.

É a decisão.

Outra licitação que também perceberam a necessidade de retirar os laudos foi a do pregão 090/2025, conforme abaixo:



(31) 98109-2105
belavistatextil@gmail.com

Rua Madre Teresa de Calcutá, 91
São João Batista | Belo Horizonte | MG
Cep 31.520-085



ESTADO DE SANTA CATARINA
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

a) A licitante melhor classificada deverá apresentar em até 07(sete) dias úteis, após a abertura da licitação, uma amostra de cada tamanho dos produtos a serem fornecidos, confeccionada de acordo com as especificações técnicas;

Onde lê-se:

c) Os critérios de avaliação serão a conformidade da qualidade do tecido (comprovada através da apresentação de laudo entregue juntamente com as amostras), a qualidade e adequação das costuras e a qualidade e adequação da serigrafia em relação ao especificado neste documento;

Leia-se:

c) Os critérios de avaliação serão a conformidade da qualidade do tecido a qualidade e adequação das costuras e a qualidade e adequação da serigrafia em relação ao especificado neste documento;

Este item deve ser completamente desconsiderado no TR:

4.2.1 Normas a serem utilizadas no laudo

3 - Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Edital do Pregão Eletrônico nº 090/2025 e seus Anexos, não alterados por este Termo de Retificação.

Florianópolis, 25 de abril de 2025

É possível perceber que a importância dos laudos é apenas para itens que causam perigo, risco o que não é o caso dos itens nessa licitação, o que se trata de vício sanável, que trará celeridade, economicidade e praticidade para a administração.

Outro **pregão 033/2025** de Pitangueiras – PR que teve o retorno favorável retirando a exigência de laudo:



(31) 98109-2105
belavistatextil@gmail.com

Rua Madre Teresa de Calcutá, 91
São João Batista | Belo Horizonte | MG
Cep 31.520-085



III – Decisão

Diante do exposto, **conheço a impugnação apresentada pela empresa**, para determinar a **retificação do edital**, de modo a **suprimir a exigência de apresentação de laudo de ensaio técnico**, permanecendo a possibilidade de análise de amostras para verificação da qualidade do material a ser fornecido, nos termos da legislação pertinente e entendimento dos tribunais.

Avenida Central, 408 – Telefone: (43) 3257-1143 – e-mail: licitacao@pitangueiras.pr.gov.br
PITANGUEIRAS – PR – CEP: 86613-000
CNPJ: 95.543.427/0001-42



Estado do Paraná MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS

Publique-se a decisão e proceda-se à retificação do edital, reabrindo-se os prazos legais, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Pitangueiras – PR, 21 de agosto de 2025.

Aline Sarri Gonçalves Benetoli
Pregoeira

Sobre o **pregão 049/2025** de Matozinhos, temos o retorno favorável:

Diante do exposto, **acolhe-se parcialmente a impugnação** apresentada pela empresa **Bela Vista Têxtil Ltda.**, promovendo-se a alteração do Edital para suprimir a exigência de apresentação de laudos do Inmetro para os itens mochilas, estojos e bolsas térmicas, mantendo-se inalteradas as demais condições editalícias.

Em razão da alteração no instrumento convocatório, que impacta a formulação das propostas, recomenda-se a retificação do edital e sua republicação, com a reabertura integral do prazo para apresentação das propostas, nos termos do art. 55, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

Matozinhos, 23 de setembro de 2025.

Paulo César Vieira Leite
Pregoeiro



(31) 98109-2105
belavistatextil@gmail.com

Rua Madre Teresa de Calcutá, 91
São João Batista | Belo Horizonte | MG
Cep 31.520-085



Nos laudos, o órgão pode adotar uma descrição menos específica para evitar a ocorrência de pregões fracassados, utilizando como critério de avaliação da amostra a pontuação, conforme aplicado no Pregão 31/2025 do município de São Mateus do Sul.



SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO
SÃO MATEUS DO SUL

Critérios para avaliação da amostra

Atende plenamente o critério de avaliação – o item atende plenamente ao critério de avaliação, considerando um nível de excelência;
Supre adequadamente – o item supre adequadamente ao critério de avaliação, considerando um nível bom aceitável;
Não atende ao critério de avaliação – o item analisado não apresenta o critério mínimo de aceitação.
Será desclassificada, caso deixe de apresentar amostra, laudo (quando exigido) e se os itens não apresentarem as características técnicas obrigatórias, descritas em edital, vista a impossibilidade de avaliação pela comissão.
Após avaliação, mediante a atribuição das pontuações, será desclassificada a proposta que apresentar pontuação inferior a 70% (setenta) por cento da pontuação máxima (ou seja, inferior a 147 pontos que correspondem a 70% dos 210 pontos possíveis no máximo) para cada item.

Critérios	Atende plenamente ao critério de avaliação (30 pontos)	Supre adequadamente (10 pontos)	Não atende ao critério de avaliação (0 pontos)
Item 5 – Mochila personalizada			
Avalia-se a composição, gramatura, espessura e resistência do tecido, considerando sua durabilidade, resistência à tração e propriedades de alongamento. A mochila deve apresentar tecido robusto, com boa plastificação e sem odores ou defeitos.			X
Verifica-se se os compartimentos principais e bolsos atendem às dimensões especificadas (altura, largura e profundidade) e se apresentam estrutura estável e bem acabada, com costuras firmes, fechamento funcional e foles bem ajustados.			X
Analisa-se o funcionamento dos zíperes, cursores, proteção do zíper (abas e barras), além da fixação firme			X

www.saomateusdosul.pr.gov.br

Secretaria Municipal de Educação e Cultura (42) 3912-7050
Av. Ozy Mendonça de Lima, 255 – Centro



(31) 98109-2105
belavistatextil@gmail.com

Rua Madre Teresa de Calcutá, 91
São João Batista | Belo Horizonte | MG
Cep 31.520-085



BELA VISTA
TÊX TIL



SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO
SÃO MATEUS DO SUL

e alinhada. A mochila deve ter zíperes suaves, resistentes e com proteção contra entrada de água ou sujeira.			
Avalia-se o acolchoamento das alças, largura, comprimento, costura e revestimento com fita viés. Deve haver fácil regulagem por regulador triplo, fixação segura e acabamento confortável para os ombros e alça de mão funcional.			X
Observa-se a funcionalidade dos bolsos frontal, lateral em tela e adicionais, seu forro, acabamento das costuras e fechamento. Os bolsos devem ser práticos, com dimensões adequadas, acesso fácil e organizados para uso escolar.			X
Verifica-se a uniformidade da cor, alinhamento dos vivos e bordas, aplicação da logo do município em policromia, além da qualidade visual geral da mochila.		X	
Confirma-se a presença de etiquetas, garantindo rastreabilidade e informações claras para os usuários.	X		
Pontuação	30	10	00
Total	40		
Resultado Final: () Aprovado (X) Reprovado			

São Mateus do Sul, 27 de outubro de 2024.

Adelberto *Philippe* *Michele Guisina de Brito*
Comissão de Avaliação de Amostras de Uniformes, Mochilas e Materiais
escolares
Portaria 290/2024

IV- DO DIREITO

Da Ilegalidade das Exigências Excessivas Art. 40, 1º da Lei 14.133/2021.

A nova Lei de Licitações estabelece com clareza que:

Art 40, 1º – As exigências de qualificação técnica e econômico-financeira serão restritas às condições indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Dessa forma, qualquer exigência além do estritamente necessário para garantir o fornecimento de mochilas de qualidade viola a legalidade e compromete a isonomia do certame, sendo nula de pleno direito.

Não é razoável exigir testes laboratoriais que envolvem custos elevados para itens têxteis como os solicitados, sobretudo considerando que a avaliação da qualidade das mochilas pode ser feita por amostras físicas.



(31) 98109-2105
belavistatextil@gmail.com

Rua Madre Teresa de Calcutá, 91
São João Batista | Belo Horizonte | MG
Cep 31.520-085



Segundo o art. 5º da Lei 14.133/21, toda licitação deve observar os princípios da:

Razoabilidade: Exigir laudos de metamerismo ou suor alcalino em mochila infantil é irrazoável e desnecessário.

Proporcionalidade: A complexidade da exigência é desproporcional à simplicidade do objeto.

Competitividade: A imposição de tantos laudos onera desnecessariamente os licitantes, restringe a competitividade, e viola o disposto no art. 7º da mesma Lei.

Art. 7º – É vedado aos agentes públicos:

[...]

II – incluir no edital exigências que restrinjam a competição, salvo quando estritamente necessárias à garantia do cumprimento das obrigações.

3. Precedentes do TCU

O Tribunal de Contas da União (TCU) já se manifestou diversas vezes sobre a ilegalidade de exigências técnicas exageradas:

Acórdão 1926/2011 – Plenário

A Administração deve se abster de inserir exigências que possam restringir indevidamente o caráter competitivo do certame, especialmente aquelas que extrapolem o necessário à adequada execução do objeto.

O jurista Marçal Justen Filho, em sua obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, afirma:

A imposição de critérios técnicos desnecessários, por mais nobres que pareçam, não pode se sobrepor ao princípio da ampla competitividade e ao interesse público.



(31) 98109-2105
belavistatextil@gmail.com

Rua Madre Teresa de Calcutá, 91
São João Batista | Belo Horizonte | MG
Cep 31.520-085



V – DOS PEDIDOS

Diante de tais alterações necessárias, requer a suspensão da presente licitação e republicação do Edital na forma do artigo 55, § 1º da Lei 14.133/2021. Com as alterações solicitadas abaixo:

1-Solicita a supressão da exigência de apresentação de tantos laudos elaborados por laboratório acreditado pelo INMETRO para mochilas e bolsas, tendo em vista ser ilegal e injustificada a exigência. Além de atrasar o certame e trazer menor economicidade ao órgão.

2-Caso a solicitação anterior não seja atendida, gostaríamos que nos seja informado qual o profissional que tem na prefeitura que tem conhecimento acerca de laudos técnicos, para fazer a conferência entre o material que foi entregue e o laudo apresentado.

Nestes termos,
pede-se e espera deferimento.

Belo Horizonte, 13 de Março de 2026.

WILLIAM DE JESUS
DOS
SANTOS:97980188691

Assinado de forma digital por
WILLIAM DE JESUS DOS
SANTOS:97980188691
Dados: 2026.03.13 09:49:37 -03'00'

BELA VISTA TEXTIL LTDA

CNPJ nº 30.824.284/0001-00



(31) 98109-2105
belavistatextil@gmail.com

Rua Madre Teresa de Calcutá, 91
São João Batista | Belo Horizonte | MG
Cep 31.520-085



JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICAL
CNPJ: 13.654.421/0001-88

JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 049/2026

OBJETO: Aquisição de bolsas e mochilas personalizadas destinadas aos professores e alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Angical/BA.

INTERESSADA/IMPUGNANTE: BELA VISTA TÊXTIL LTDA.

Recebida e analisada a impugnação tempestiva apresentada pela empresa BELA VISTA TÊXTIL LTDA, passo a decidir sobre o mérito das alegações, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da jurisprudência aplicável.

I. RELATÓRIO

Trata-se de impugnação ao edital do Pregão Eletrônico nº 004/2026, interposta tempestivamente pela empresa BELA VISTA TÊXTIL LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 30.824.284/0001-00.

A impugnante se insurge contra a exigência de apresentação de laudos técnicos, emitidos por laboratório acreditado pelo INMETRO, para os itens relativos a mochilas e bolsas. Em síntese, a empresa alega que tal exigência: a) Restringe o caráter competitivo do certame, em razão do alto custo para a elaboração dos laudos, onerando desproporcionalmente os licitantes, em especial as empresas de pequeno porte; b) Carece de amparo legal ou justificativa técnica que demonstre sua indispensabilidade para o objeto licitado (mochilas escolares), sendo, portanto, desarrazoada e desproporcional; c) Viola os princípios da competitividade e da razoabilidade, bem como o disposto no art. 7º, II, da Lei nº 14.133/2021, que veda a inclusão de exigências que restrinjam a competição, salvo quando estritamente necessárias.

Ao final, a impugnante requer a suspensão do certame e a republicação do edital com a exclusão da referida exigência.

É o breve relatório. Passo a decidir.

II. FUNDAMENTAÇÃO

A controvérsia central reside em analisar se a exigência de laudos técnicos de laboratório acreditado pelo INMETRO para mochilas escolares se mostra compatível

Página 1 de 3

Praça Durvalmerindo Bandeira Coité, 01 - Angical - Bahia | CEP - 47.960-000
Fone 0800 727 7562



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICAL
CNPJ: 13.654.421/0001-88

com os princípios que regem a licitação pública, notadamente os da competitividade, da isonomia e da razoabilidade.

A Lei nº 14.133/2021, que institui o novo marco legal de licitações e contratos administrativos, estabelece em seu art. 11 que um dos objetivos primordiais do processo licitatório é assegurar a seleção da proposta mais vantajosa e a justa competição, evitando restrições que não sejam indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Nesse sentido, o art. 37, XXI, da Constituição Federal, já estabelecia que o processo de licitação pública "somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações". A nova lei de licitações reforça essa diretriz.

O art. 67 da Lei nº 14.133/2021, ao tratar da qualificação técnica, dispõe que a documentação exigida deve ser restrita e proporcional ao objeto. O § 3º do mesmo artigo abre a possibilidade de que, para serviços que não sejam de engenharia, as exigências de atestados possam ser substituídas por "outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes".

No caso em tela, o objeto licitado — mochilas escolares — não se reveste, a princípio, de alta complexidade ou de riscos que justifiquem, de plano, a imposição de uma certificação tão específica e onerosa. A exigência de laudos do INMETRO, embora possa ser pertinente para produtos que envolvam segurança (como brinquedos, equipamentos elétricos ou itens de segurança veicular), parece excessiva para materiais de uso escolar de natureza têxtil.

A imposição de tal requisito, sem uma justificativa técnica robusta que demonstre sua estrita necessidade para garantir a qualidade e durabilidade do produto, pode, de fato, restringir indevidamente a participação de potenciais interessados, violando o princípio da competitividade. O custo para obtenção desses laudos pode representar uma barreira intransponível para empresas menores, que teriam plenas condições de fornecer um produto de qualidade.

Corroborar essa linha de raciocínio o entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), que, em diversas ocasiões, já se manifestou contra a inclusão de exigências desnecessárias ou excessivas nos editais de licitação, por restringirem a competitividade do certame (a exemplo do Acórdão 1926/2011 – Plenário, citado pela impugnante).



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICAL
CNPJ: 13.654.421/0001-88

Ademais, a própria impugnante anexa decisões de outros municípios que, diante de questionamentos semelhantes, revogaram ou anularam certames, ou mesmo acolheram impugnações para retirar exigências análogas, o que demonstra uma tendência administrativa em considerar tal requisito restritivo.

Dessa forma, conclui-se que a exigência, da forma como foi posta, carece de motivação adequada e se mostra desproporcional, devendo ser afastada para garantir a ampliação da disputa, em conformidade com o interesse público.

III. DECISÃO

Diante do exposto, com fundamento no art. 11 e no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, e nos princípios da competitividade, razoabilidade e proporcionalidade, ACOLHO a impugnação apresentada pela empresa BELA VISTA TÊXTIL LTDA. para:

1. DETERMINAR a retificação do edital e de seus anexos para suprimir a exigência de apresentação de laudos técnicos emitidos por laboratório acreditado pelo INMETRO para os itens de mochilas e bolsas;
2. DETERMINAR a republicação do edital retificado, com a reabertura integral do prazo para a formulação das propostas, nos termos do art. 55, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

Publique-se esta decisão nos mesmos meios em que foi divulgado o edital.

Angical/Bahia, 17 de março de 2026.

Documento assinado digitalmente
gov.br MARCOS ANTONIO DE ALMEIDA MENDES
Data: 17/03/2026 11:37:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARCOS ANTONIO DE ALMEIDA MENDES
Pregoeiro
Portaria nº 1.779/2025



RESOLUÇÃO Nº 01/2026 CMS



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANGICAL-BA

RESOLUÇÃO Nº 01/2026 – CMS

Dispõe sobre a aprovação das Propostas de Diretrizes para elaboração do Plano Municipal de Saúde 2026–2029 do Município de Angical-BA.

O Conselho Municipal de Saúde de Angical – BA (CMS), no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei Municipal nº 37, de 29 de outubro de 2013, e

Considerando o art. 33 da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que estabelece que os recursos financeiros do Sistema Único de Saúde (SUS) serão depositados em conta especial, em cada esfera de sua atuação, e movimentados sob fiscalização dos respectivos Conselhos de Saúde;

Considerando a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

Considerando o art. 1º, §2º da Lei nº 8.142/1990, que define o Conselho de Saúde como órgão colegiado, permanente e deliberativo, composto por representantes do governo, prestadores de serviços, profissionais de saúde e usuários, atuando na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, especialmente o art. 38, que dispõe sobre a fiscalização da aplicação dos recursos da saúde pelo Poder Legislativo, Tribunais de Contas, sistema de auditoria do SUS, órgãos de controle interno e Conselhos de Saúde;

Considerando o art. 7º da Lei Complementar nº 141/2012, que determina que os Municípios devem aplicar, anualmente, no mínimo 15% (quinze por cento) da arrecadação de impostos em ações e serviços públicos de saúde;

Considerando a Lei Municipal nº 37, de 29 de outubro de 2013, que dispõe sobre as competências e funcionamento do Conselho Municipal de Saúde de Angical-BA;

Considerando a necessidade de orientar o planejamento estratégico das ações e serviços de saúde do município para o período de 2026 a 2029;

Resolve:

Art. 1º Aprovar, por unanimidade dos votos dos conselheiros presentes na Assembleia Geral Ordinária realizada em 12 de março de 2026, as Propostas de Diretrizes para elaboração do Plano Municipal de Saúde 2026–2029 do Município de Angical-BA.

Art. 2º As diretrizes aprovadas são as seguintes:

I – Ampliar e qualificar o acesso da população às ações e serviços da Atenção Primária à Saúde, fortalecendo a Estratégia Saúde da Família como porta de entrada preferencial do Sistema Único de Saúde – SUS.



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANGICAL-BA

II – Fortalecer as ações de Vigilância em Saúde, ampliando a capacidade de prevenção, monitoramento e controle de doenças e agravos no município.

III – Ampliar o acesso da população a consultas, exames e procedimentos especializados, fortalecendo a regulação municipal e a integração da Rede de Atenção à Saúde.

IV – Promover ações de promoção da saúde e prevenção de doenças, com foco na redução de fatores de risco e na melhoria da qualidade de vida da população.

V – Fortalecer a Assistência Farmacêutica municipal, garantindo o acesso da população a medicamentos essenciais, qualificação da dispensação e promoção do uso racional de medicamentos.

VI – Fortalecer a gestão do Sistema Único de Saúde no município, qualificando os instrumentos de planejamento, monitoramento e avaliação das ações e serviços de saúde.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação, devendo ser encaminhada para homologação do Chefe do Poder Executivo Municipal e posterior publicação, conforme legislação vigente.

Angical – BA, 13 de março de 2026.

IVANILDO DA CRUZ EVÁNGELISTA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

HOMOLOGAÇÃO

Homologo a Resolução nº 01/2026, do Conselho Municipal de Saúde de Angical-BA, nos termos da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e da Lei Municipal nº 37, de 29 de outubro de 2013.

Angical – BA, 16 de março de 2026.

VANILTON FERREIRA MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

MÔNICA MARIA RODRIGUES DAS CHAGAS DIAS
Prefeita Municipal



RESOLUÇÃO Nº 02/2026 - CMS



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANGICAL-BA

RESOLUÇÃO Nº 02/2026 – CMS

Dispõe sobre a aprovação das Diretrizes da Programação Anual de Saúde (PAS) 2026 do Município de Angical-BA.

O Conselho Municipal de Saúde de Angical – BA (CMS), no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei Municipal nº 37, de 29 de outubro de 2013, e

Considerando o art. 33 da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que estabelece que os recursos financeiros do Sistema Único de Saúde (SUS) serão depositados em conta especial, em cada esfera de sua atuação, e movimentados sob fiscalização dos respectivos Conselhos de Saúde;

Considerando a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

Considerando o art. 1º, §2º da Lei nº 8.142/1990, que define o Conselho de Saúde como órgão colegiado, permanente e deliberativo, responsável pela formulação de estratégias e pelo controle da execução da política de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, especialmente os dispositivos que tratam da aplicação mínima de recursos em ações e serviços públicos de saúde e dos mecanismos de fiscalização e controle;

Considerando a Lei Municipal nº 37, de 29 de outubro de 2013, que dispõe sobre a organização, funcionamento e competências do Conselho Municipal de Saúde de Angical-BA;

Considerando a necessidade de orientar e organizar as ações e serviços de saúde a serem executados no exercício de 2026;

Resolve:

Art. 1º Aprovar, por unanimidade dos votos dos conselheiros presentes na Assembleia Geral Ordinária realizada em 12 de março de 2026, as Diretrizes da **Programação Anual de Saúde (PAS) 2026** do Município de Angical-BA.

Art. 2º As diretrizes aprovadas para a Programação Anual de Saúde (PAS) 2026 são:

I – Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde, ampliando e qualificando o acesso da população aos serviços de saúde, com ênfase na Estratégia Saúde da Família.

II – Fortalecimento da Vigilância em Saúde, ampliando as ações de prevenção, monitoramento e controle de doenças e agravos no município.

III – Fortalecimento da Atenção Especializada e da Regulação, garantindo maior acesso da população a consultas, exames e procedimentos especializados.



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANGICAL-BA

IV – Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças, com desenvolvimento de ações voltadas à melhoria da qualidade de vida da população.

V – Fortalecimento da Assistência Farmacêutica, assegurando o acesso da população aos medicamentos essenciais e promovendo o uso racional de medicamentos.

VI – Fortalecimento da Gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) no município, por meio do aprimoramento dos instrumentos de planejamento, monitoramento e avaliação das ações e serviços de saúde.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação, devendo ser encaminhada ao Chefe do Poder Executivo Municipal para homologação e publicação, conforme legislação vigente.

Angical – BA, 13 de março de 2026.

IVANILDO DA CRUZ EVANGELISTA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

HOMOLOGAÇÃO

Homologo a **Resolução nº 02/2026**, do Conselho Municipal de Saúde de Angical-BA, nos termos da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e da Lei Municipal nº 37, de 29 de outubro de 2013.

Angical – BA, 16 de março de 2026.

VANILTON FERREIRA MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

MÔNICA MARIA RODRIGUES DAS CHAGAS DIAS
Prefeita Municipal



RESOLUÇÃO Nº 03/2026 - CMS



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANGICAL-BA

RESOLUÇÃO Nº 03/2026 – CMS

Dispõe sobre a aprovação do **Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA)** referente ao 2º quadrimestre do exercício de 2025 do Município de Angical-BA.

O Conselho Municipal de Saúde de Angical – BA (CMS), no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei Municipal nº 37, de 29 de outubro de 2013, e

Considerando o art. 33 da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que estabelece que os recursos financeiros do Sistema Único de Saúde (SUS) serão depositados em conta especial e movimentados sob fiscalização dos respectivos Conselhos de Saúde;

Considerando a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

Considerando o art. 1º, §2º da Lei nº 8.142/1990, que define o Conselho de Saúde como órgão colegiado, permanente e deliberativo, responsável pela formulação de estratégias e pelo controle da execução da política de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, especialmente o art. 38, que estabelece a fiscalização da aplicação dos recursos da saúde pelo Poder Legislativo, Tribunais de Contas, sistema de auditoria do SUS, órgãos de controle interno e Conselhos de Saúde;

Considerando o art. 36 da Lei Complementar nº 141/2012, que determina que o gestor do SUS deve apresentar, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) em audiência pública;

Considerando a Lei Municipal nº 37, de 29 de outubro de 2013, que dispõe sobre a organização, funcionamento e competências do Conselho Municipal de Saúde de Angical-BA;

Considerando a análise e apreciação do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) referente ao 2º quadrimestre de 2025, apresentado pela Secretaria Municipal de Saúde;

Resolve:

Art. 1º Aprovar, por unanimidade dos votos dos conselheiros presentes na Assembleia Geral Ordinária realizada em 12 de março de 2026, o **Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) referente ao 2º quadrimestre do exercício de 2025**, apresentado pela Secretaria Municipal de Saúde de Angical-BA.



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANGICAL-BA

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação, devendo ser encaminhada ao Chefe do Poder Executivo Municipal para homologação e publicação, conforme legislação vigente.

Angical – BA, 13 de março de 2026.

IVANILDO DA CRUZ EVANGELISTA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

HOMOLOGAÇÃO

Homologo a **Resolução nº 03/2026** do Conselho Municipal de Saúde de Angical-BA, nos termos da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e da Lei Municipal nº 37, de 29 de outubro de 2013.

Angical – BA, 13 de março de 2026.

VANILTON FERREIRA MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

MÔNICA MARIA RODRIGUES DAS CHAGAS DIAS
Prefeita Municipal



RESOLUÇÃO Nº 04/2026 - CMS



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANGICAL-BA

RESOLUÇÃO Nº 04/2026 – CMS

Dispõe sobre a aprovação do **Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) referente ao 3º quadrimestre do exercício de 2025** do Município de Angical-BA.

O Conselho Municipal de Saúde de Angical – BA (CMS), no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei Municipal nº 37, de 29 de outubro de 2013, e

Considerando o art. 33 da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que estabelece que os recursos financeiros do Sistema Único de Saúde (SUS) serão depositados em conta especial e movimentados sob fiscalização dos respectivos Conselhos de Saúde;

Considerando a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

Considerando o art. 1º, §2º da Lei nº 8.142/1990, que define o Conselho de Saúde como órgão colegiado, permanente e deliberativo, responsável pela formulação de estratégias e pelo controle da execução da política de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, especialmente o art. 38, que estabelece a fiscalização da aplicação dos recursos da saúde pelo Poder Legislativo, Tribunais de Contas, sistema de auditoria do SUS, órgãos de controle interno e Conselhos de Saúde;

Considerando o art. 36 da Lei Complementar nº 141/2012, que determina que o gestor do SUS deve apresentar, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) em audiência pública;

Considerando a Lei Municipal nº 37, de 29 de outubro de 2013, que dispõe sobre a organização, funcionamento e competências do Conselho Municipal de Saúde de Angical-BA;

Considerando a análise e apreciação do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) referente ao 3º quadrimestre de 2025, apresentado pela Secretaria Municipal de Saúde;

Resolve:

Art. 1º Aprovar, por unanimidade dos votos dos conselheiros presentes na Assembleia Geral Ordinária realizada em 12 de março de 2026, o **Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) referente ao 3º quadrimestre do exercício de 2025**, apresentado pela Secretaria Municipal de Saúde de Angical-BA.



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANGICAL-BA

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação, devendo ser encaminhada ao Chefe do Poder Executivo Municipal para homologação e publicação, conforme legislação vigente.

Angical – BA, 13 de março de 2026.

IVANILDO DA CRUZ EVANGELISTA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

HOMOLOGAÇÃO

Homologo a **Resolução nº 04/2026** do Conselho Municipal de Saúde de Angical-BA, nos termos da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e da Lei Municipal nº 37, de 29 de outubro de 2013.

Angical – BA, 16 de março de 2026.

VANILTON FERREIRA MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

MÔNICA MARIA RODRIGUES DAS CHAGAS DIAS
Prefeita Municipal



RESOLUÇÃO Nº 05/2026 - CMS



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANGICAL-BA

RESOLUÇÃO Nº 05/2026 – CMS

Dispõe sobre a aprovação do Relatório Anual de Gestão (RAG) referente ao exercício de 2025 da Secretaria Municipal de Saúde de Angical-BA.

O Conselho Municipal de Saúde de Angical – BA (CMS), no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

Considerando o art. 33 da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que estabelece que os recursos financeiros do Sistema Único de Saúde (SUS) serão depositados em conta especial, em cada esfera de sua atuação, e movimentados sob fiscalização dos respectivos Conselhos de Saúde;

Considerando a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

Considerando que, conforme o art. 1º, §2º da Lei nº 8.142/1990, o Conselho de Saúde é órgão colegiado, permanente e deliberativo, composto por representantes do governo, prestadores de serviços, profissionais de saúde e usuários, atuando na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, especialmente o art. 38, que estabelece a fiscalização da aplicação dos recursos da saúde pelo Poder Legislativo, pelos Tribunais de Contas, pelo sistema de auditoria do SUS, pelo controle interno e pelos Conselhos de Saúde;

Considerando o art. 7º da Lei Complementar nº 141/2012, que determina que os Municípios devem aplicar anualmente em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% (quinze por cento) da arrecadação de impostos;

Considerando a Lei Municipal nº 37, de 29 de outubro de 2013, que dispõe sobre a organização, funcionamento e competências do Conselho Municipal de Saúde de Angical-BA;

Considerando a análise e apreciação do Relatório Anual de Gestão (RAG) referente ao exercício de 2025, apresentado pela Secretaria Municipal de Saúde;

Resolve:

Art. 1º Aprovar, por unanimidade dos votos dos conselheiros presentes, na Assembleia Geral Ordinária realizada em 12 de março de 2026, o **Relatório Anual de Gestão (RAG) do exercício de 2025**, da Secretaria Municipal de Saúde de Angical-BA.



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANGICAL-BA

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação, devendo ser encaminhada para homologação do Chefe do Poder Executivo Municipal e posterior publicação, conforme legislação vigente.

Angical – BA, 13 de março de 2026.

IVANILDO DA CRUZ EVANGELISTA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

HOMOLOGAÇÃO

Homologo a **Resolução nº 05/2026**, do Conselho Municipal de Saúde de Angical-BA, nos termos da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e da Lei Municipal nº 37, de 29 de outubro de 2013.

Angical – BA, 16 de março de 2026.

VANILTON FERREIRA MACHADO
Secretário de Saúde

MÔNICA MARIA RODRIGUES DAS CHAGAS DIAS
Prefeita Municipal



ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICAL
CNPJ: 13.654.421/0001-88

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2026

Pelo presente instrumento, com base na Lei nº 14.133/2021, o Município de Angical/BA, através da Prefeita, **ADJUDICA** e **HOMOLOGA** o PREGÃO nº 002/2026. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação, montagem, instalação, operação, manutenção e desmontagem de estruturas físicas e equipamentos destinados à realização de eventos culturais, esportivos, sociais e educacionais e de saúde, promovidos ou apoiados pelo Município de Angical-Bahia, incluindo, quando necessário, palco, tendas, grades de contenção, sonorização, iluminação, geradores de energia, painéis de LED, camarins, banheiros químicos e demais estruturas correlatas, conforme demandas das Secretarias Municipais. **EMPRESAS: JE PRODUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 46.193.246/0001-28, vencedora dos LOTES 01 no valor de R\$ 91.993,80 (noventa e um mil e novecentos e noventa e três reais e oitenta centavos), 02 no valor de R\$ 38.476,80 (trinta e oito mil e quatrocentos e setenta e seis reais e oitenta centavos), 03 no valor de R\$ 95.895,44 (noventa e cinco mil e oitocentos e noventa e cinco reais e quarenta e quatro centavos), 04 no valor de R\$ 12.668,04 (doze mil e seiscentos e oitenta e oito reais e quatro centavos), 05 no valor de R\$ 21.544,00 (vinte e um mil e quinhentos e quarenta e quatro reais), 06 no valor de R\$ 24.849,60 (vinte e quatro mil e oitocentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos), 07 no valor de R\$ 16.999,28 (dezesseis mil e noventa e nove reais e vinte oito centavos), 10 no valor de R\$ 21.951,04 (vinte e um mil e novecentos e cinquenta e um reais e quatro centavos), 11 no valor de R\$ 10.373,76 (dez mil e trezentos), 13 no valor de R\$ 115.986,24 (cento e quinze mil e novecentos e oitenta e seis reais e vinte e quatro centavos) e 14 no valor de R\$ 17.462,84 dezessete mil e quatrocentos e sessenta e dois reais e oitenta e quatro centavos), **VALOR TOTAL: R\$ 468.200,84** (quatrocentos e sessenta e oito mil e duzentos reais e oitenta e quatro centavos); **MAB PRODUCOES DE EVENTOS E SERVICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 22.123.818/0001-34, vencedora dos LOTES 08 no valor de R\$ 139.992,00 (cento e trinta e nove mil e novecentos e noventa e dois reais) e 09 no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), **VALOR TOTAL: R\$ 259.992,00** (duzentos e cinquenta e nove mil e novecentos e noventa e dois reais); **OESTE EVENTOS E SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.287.385/0001-33, vencedora do LOTE 12 no valor total 18.496,00 (dezoito mil reais e quatrocentos e noventa e seis). **VALOR GLOBAL: R\$**

Praça Durvalmerindo Bandeira Coité, 01 – Centro – Angical- Bahia – CEP: 47.960-000
Fone: 0800 727 7562



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICAL
CNPJ: 13.654.421/0001-88

746.688,84 (setecentos e quarenta e seis mil e seiscentos e oitenta e oito reais e oitenta e quatro centavos).

Angical/BA, 17 de março de 2026.


MÔNICA MARIA RODRIGUES DAS CHAGAS DIAS
Prefeita



PORTARIA Nº 1.863/2026 DE 17 DE MARÇO DE 2026



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICAL
CNPJ: 13.654.421/0001-88

PORTARIA Nº 1.863/2026 DE 17 DE MARÇO DE 2026

“Dispõe sobre a exoneração, a pedido, da servidora TELMA ROCHA DOS SANTOS, do cargo de Professora.”

A PREFEITA MUNICIPAL DE ANGICAL, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO o Requerimento de Exoneração nº 072/2026, protocolado em 13 de março de 2026, formulado pela servidora TELMA ROCHA DOS SANTOS;

CONSIDERANDO a manifestação expressa de interesse da servidora em ser exonerada do cargo público;

CONSIDERANDO o que consta nos registros funcionais e a legislação municipal aplicável à espécie;

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a pedido, a partir de 13 de março de 2026, a servidora TELMA ROCHA DOS SANTOS, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº 008.875.195-39, portadora da matrícula nº 645, do cargo de PROFESSORA, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data de solicitação da servidora.

Art. 3º Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Página 1 de 2

Praça Durvalmerindo Bandeira Coité, 01 - Angical - Bahia | CEP - 47.960-000
Fone 0800 727 7562



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICAL
CNPJ: 13.654.421/0001-88

Gabinete da Prefeita Municipal de Angical, Estado da Bahia, em 17 de março de 2026.


MÔNICA MARIA RODRIGUES DAS CHAGAS DIAS
Prefeita Municipal